

Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Data: 19/12/2023

Presentes:

Alessandro da Rosa Carvalho
Alessandro Luiz Xavier Borges Pereira
André Luiz Bezerra da Silva
Angélica Ferreira Beta Monteiro
Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior
Camila Santana Mascarenhas
Carla Maria Araújo dos Santos Alves
Cristina Costa de Moraes
Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva
Débora Sanchez Pereira
Eduardo Moniz Vianna Nobre
Fabiola Vianna da Costa Nunes (Presidente da APAR)
Ivan Finamore Araújo
Jorge Fiore de Oliveira Junior
Joyce Miranda dos Santos
Karine Vieira Pereira
Luciana Maria Santos de Arruda
Mara Cristina de Souza
Marcelo Bustamante Chilingue
Márcia de Oliveira Gomes
Margareth de Oliveira Olegário Teixeira
Mauro Marcos Farias da Conceição
Mércia Ferreira de Souza
Morgana Ribeiro dos Santos
Nadir da Silva Machado
Otávio Kaminski de Oliveira
Patrícia Ignacio da Rosa
Patrícia Soares de Pinho Gonçalves
Rachel Ventura Espinheira
Robson Lopes de Freitas Junior
Rodrigo Agrellos Costa
Rosangela Belo Mendes
Tânia Maria Moratelli Pinho
Virgínia Menezes (voluntária da audiodescrição)
Vladimir Schuindt da Silva

O Diretor-Geral Mauro iniciou a reunião às 13h30, com os seguintes informes: 1- Carga horária docente do Mestrado - Márcia disse que essa discussão se iniciou em 10/10/2023 quando o documento de carga horária docente foi submetido à aprovação

no Conselho Diretor. O documento foi aprovado com a promessa de que voltaria a ser debatido sobre os pontos trazidos pelo colegiado do Mestrado que não se sentiram contemplados em relação ao documento da carga horária. Houve uma tentativa em novembro, porém foram levantados argumentos legítimos solicitando uma legislação que comprovasse os pontos trazidos para a discussão. As solicitações para o documento de portaria que rege a carga horária docente são: artigo 11 onde se estabelecem os limites mínimo e máximo para a carga horária docente acrescentar o inciso 3 - docentes de 40 horas em regime de tempo integral com ou sem dedicação exclusiva que atuam nos cursos de Pós-Graduação stricto sensu deverão dedicar uma carga horária semanal mínima de 12 horas aos cursos de Pós-Graduação aos quais estão vinculados, 4 horas na educação básica ou reabilitação, 2 horas para participação em reuniões pedagógicas e 8 horas para atividades dedicadas à pesquisa e extensão. Essa sugestão se baseia na Portaria nº 81 de 3 de junho de 2018, documento de área nº 46 referente ao ensino de carga horária docente, Portaria nº 300 de 4 de julho de 2019, ficha de avaliação dos programas acadêmicos e profissionais, Lei 12.772 e artigo 5 da Constituição Federal. O Regimento que os rege exige 12 horas de dedicação aos cursos de Pós-Graduação e foi aprovado com a PCN com validade até 2025. Há um outro documento que rege o curso de Pós-Graduação que foi submetido junto com a proposta do Mestrado que são as normas de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes do curso. Há também a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008; artigo 4 inciso 11 retirar da delimitação da carga horária máxima de 2 horas semanais por orientação. Arlindo questionou sobre a redação do mínimo de 4 horas na educação básica ou reabilitação. Falou que a portaria diz que todos os professores devem cumprir o mínimo de 6 horas na educação básica. Quando se coloca o “ou” abre uma possibilidade de alguns professores não trabalharem na educação básica. Acha que deve ser retirado, que tem que ser 4 horas na educação básica. Márcia explicou que isso foi colocado, pois consta na normativa de credenciamento e recredenciamento. Entende que um professor da reabilitação com 12 horas de atividades dedicadas a Pós-Graduação, com pesquisa e extensão e seu planejamento, se ainda colocam 4 horas dedicadas à educação básica, dará apenas 2 horas no departamento ao qual está vinculado. Isso foi colocado para contemplar todos os departamentos já que o instituto é muito maior que o DED. Marcelo acrescentou que a proposta da Márcia contemplou o DMR e que atende o IBC. Acha viável para o instituto sem que haja qualquer prejuízo. Disse que devem deliberar sobre essa carga horária mínima para que possam se organizar e os ajustes que vierem a ser feitos que sejam resolvidos até o início do semestre para possibilitar que iniciem o ano letivo com tranquilidade. Acha que os professores não terão interesse em participar do programa se tiverem que dividir seu tempo entre DMR, DED e DPPE. O programa ficará prejudicado sendo que merece uma dedicação considerável. Se diz preocupado com o professor sendo obrigado a se dividir num tripé. Afirmou ser totalmente favorável à proposta apresentada pela Márcia. Fabíola sugeriu uma alteração e Márcia concordou. O item com a alteração ficou assim: docentes de 40 horas em regime de tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva, que atuam nos cursos de Pós-Graduação stricto sensu deverão dedicar uma carga horária semanal mínima de 12 horas aos cursos de Pós-Graduação aos quais estão vinculados, 4 horas na educação básica ou reabilitação

dependendo do departamento de lotação, além de 2 horas para participação em reuniões pedagógicas e 8 horas para atividades dedicadas à pesquisa e extensão. É uma garantia de que quem está lotado no DED cumpra as horas no DED e quem está lotado na reabilitação cumpra as horas na reabilitação. Mauro informou que uma nova portaria será publicada com essa alteração. O ponto seguinte dos informes foi: 2 - Apresentação e deliberação do projeto do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias e Metodologias para o ensino do estudante com deficiência visual na modalidade EaD. Marcelo falou que começaram a desenhar um curso com o nome de Tecnologias e Metodologias para o Ensino ao Estudante com Deficiência Visual. Participam da comissão ele, Marcelo, Angélica, Jorge, Anderson e a professora Luciana Perdigão que é representante da Fundação CECIERJ. É possível que no decorrer do desenvolvimento do PPC outras pessoas internas e externas sejam convidadas. Se comprometeu com o DPPE que, assim que iniciassem a construção do PPC, o departamento seria provocado. Atualmente estão em nível de proposta, já possuem definição de carga horária, de módulos etc. O objetivo é apresentar esse curso de forma bem resumida e em 2024 retomar os trabalhos. A orientação do curso é que seja realizado na modalidade EaD. o ponto seguinte dos informes foi: 3- Solicitação de regresso do Curso Técnico em Massoterapia ao DMR. Marcelo explicou que o curso Técnico em Massoterapia foi iniciado na DRT em parceria com o IFRJ. A partir do momento que o IBC teve autorização para realizar seus cursos, todos os cursos criados e existentes foram automaticamente migrados para o DED. Quando assumiu o cargo na direção do DMR, teve a preocupação e o entendimento que, se tratando de um curso de Massoterapia voltado para a área da saúde e que nasceu na reabilitação, nada mais justo que o curso retornar para seu local de origem. 90% da estrutura e das ações do curso são no âmbito do DMR e da reabilitação. As únicas ações que não pertencem ao DMR são o fato de o curso estar lotado no DED, através da coordenação da educação profissional, e ter seu coordenador e uma professora também lotados no DED. Os demais professores são lotados no DMR. Em seu entendimento isso não tem nexos, então solicitou aos professores que se reunissem e deliberassem para designar qual caminho a ser seguido: manter no DED ou voltar para o DMR. Pesquisou sobre legislação e não encontrou nada que impeça que isso ocorra. O colegiado se reuniu e decidiu por maioria apoiar a ideia de o curso migrar para o DMR. Arlindo manteve sua posição da reunião do Conselho Diretor anterior quando Marcelo manifestou esse interesse. Chamou o coordenador do curso da época para conversar que informou não estar sabendo de nada. Disse que fez uma reunião com o colegiado para perguntar aos professores qual seria a vontade deles e o que achavam. Arlindo disse que da parte dele não há problema nenhum, porém pensa que já existe uma estrutura administrativa e um departamento de Pós-Graduação e Pesquisa. Se os professores do DED se reúnem para fazer uma especialização ou Mestrado, serão vinculados administrativamente ao DPPE por uma questão organizacional. A educação profissional está no DED, então os professores do DMR estão lotados no DMR, mas administrativamente estão vinculados ao DED. Questiona o que irão seguir enquanto estrutura administrativa, pensarão os departamentos como escolas autônomas? O DMR será uma escola de saúde? Não podem abrir uma exceção de um curso de Massoterapia somente para um curso enquanto as demais estruturas e

cursos seguirão outra administração. Outro ponto a se pensar é se o DMR conseguirá fazer um curso integrado em Massoterapia com professores de outras áreas e se promoverá os atendimentos que a DOE proporciona para os alunos do curso técnico profissional. São questões que se relacionam também ao curso técnico estar vinculado ao DED. Arlindo leu a ata da reunião e falou que consta a votação como meio a meio. Mércia afirmou que a votação foi 3x3 mesmo e que não foi maioria como Marcelo havia dito. O ponto seguinte dos informes foi: 4- Institui a oficina de conserto e manutenção de máquinas de datilografia braille (MDB) e suas diretrizes vinculada ao Departamento de Educação. Arlindo declarou que, quando assumiu a direção do DED, havia falta de máquinas de datilografia braille. Os alunos tinham que ficar se revezando nas salas de aula por não ter máquina para todo mundo. O professor Ivan fez um curso onde alguns servidores e responsáveis participaram e pegaram essas pessoas como voluntárias para montar uma oficina de máquinas Perkins. Eles conseguiram fazer a manutenção de todas as máquinas. Hoje há um histórico de cada máquina. Essa oficina gerou uma economia ao IBC. Cada conserto custa de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 reais. Agora temos todas as máquinas consertadas e máquinas sobrando caso alguma quebre. Além do DED, eles podem trabalhar consertando as máquinas de outros departamentos. O ponto seguinte dos informes foi: 5- Calendário Escolar DED-2024. Arlindo informou que consultaram os coordenadores de área e segmento, montaram os eventos que tiveram em 2023, depois passaram para os professores e divulgaram para os responsáveis dos estudantes e representantes de turma para que todos pudessem dar contribuições. Após isso, foi encaminhado para o Conselho Diretor para aprovação. Carla explicou que fizeram uma reunião com representantes de todos os departamentos e pegaram o calendário do DED como base para instituir um calendário institucional. Foi observado ao longo do ano que haviam vários eventos acontecendo no mesmo dia inviabilizando a participação da comunidade. Muitas pessoas querem participar de um evento e necessitam estar presentes em outro. O calendário institucional, que foi uma proposta de campanha, está fechado até o mês de junho e na próxima semana será fechado o restante. Quando quiserem fazer um evento que não esteja contemplado no calendário, passem para a direção que será acrescentado e disponibilizado no site para todos. O próximo ponto dos informes foi: 6- Minuta do Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação Lato Sensu. Daiana esclareceu que a proposta pedagógica do curso de especialização em educação especial com ênfase em deficiência visual está vinculada ao projeto de residência docente que já foi aprovado no Conselho Diretor. Após sair a portaria do programa, foi feito um movimento junto a coordenação da Pós-Graduação lato sensu para saber qual o trâmite legal para implantar a Pós vinculada a este programa. O professor Robson cedeu toda a documentação necessária perante o MEC e estão trabalhando nesse documento. No final do documento há uma observação que diz que os professores que estão fazendo as ementas das disciplinas não serão os professores que permanecerão no programa de residência docente. Na portaria do programa de residência docente diz que teremos professores-supervisores e professores-coordenadores de área. Os professores-coordenadores de área que serão os responsáveis por aplicar e desenvolver as disciplinas que são disciplinas diferenciadas por serem práticas. Esse documento passa por um trâmite legal no MEC que dura de 3

a 4 meses. Se for feita uma seleção agora para o programa de residência, demorará para conseguir iniciar a primeira turma. Com isso, será feito um IQC com os nomes dos professores da comissão e em fevereiro será aberto um edital da residência docente para selecionar os professores que serão os coordenadores de área e supervisores. A substituição acontece de forma mais rápida. O documento foi elaborado utilizando as ementas e referências bibliográficas das Pós que já existem e que possuem semelhança com as disciplinas que estão sendo propostas. Arlindo perguntou se todas as áreas de conhecimento serão contempladas. Daiana explicou que o coordenador de área é referente a cada disciplina apresentada. Os professores-supervisores cuidarão das áreas. Dependerá da demanda de cada residente. Recebendo a demanda, será contemplada. O programa de residência é novo, então o aprendizado será no processo. É importante ter pessoas disponíveis a serem supervisores para ajudar nesse processo, assim como os coordenadores de área. O ponto seguinte dos informes foi: 7- Seleção para professor substituto DED, com 13 vagas. Daiana disse que a comissão foi convocada para montar o edital de professor substituto com processo simplificado que disponibilizará: 3 vagas para a Educação Precoce, 5 para a Educação Infantil e 5 para o Fundamental 1. Edital foi apresentado por e-mail para a comunidade. Foi feito com referência em um edital que já existia de outro processo seletivo que ocorreu. Nesse período que o edital foi disponibilizado, receberam uma sugestão de mudança no item 9.8. para mudar a redação. Com a mudança ficou assim: o período de contratação será de até um ano na forma do inciso 2 do artigo 4 da Lei 8.745/93 admitida a possibilidade de uma prorrogação de acordo com o inciso 1 parágrafo 1 do artigo 4 da Lei 8.745/93. Ivan perguntou qual o critério utilizado para a distribuição das vagas. Daiana respondeu que o critério foi o número de alunos já existentes e o número das pré-matrículas. Há um grupo de professores que solicitarão licença capacitação e há algumas professoras de licença maternidade. Carla acrescentou que houve reuniões com os coordenadores e professores do primeiro segmento, da Educação Infantil e Educação Precoce, onde trouxeram essa demanda. Daiana esclareceu que a comissão organizadora já veio com esse número, mas mesmo assim conversaram sobre isso para afirmar essa disposição. Margareth pontuou que não achou no edital nenhuma informação sobre os professores terem algum curso de qualificação do IBC, pois considera isso muito importante e acha preocupante não ter essa exigência. Daiana disse que realmente não tem, levará essa questão para a comissão e concorda que é algo importante. O ponto seguinte dos informes foi: 8- Novo regimento da revista Benjamin Constant. Rodrigo falou que o último regimento é de 2018 e a comissão atual tentou atualizar com algumas informações e ações que já estavam sendo realizadas, mas não estavam escritas. A atualização é relevante para ter uma melhor avaliação da CAPES. Os principais itens alterados são: que os dois editores-chefes tenham título de Doutorado obrigatoriamente; o primeiro editor-chefe é o chefe da DPP, se o chefe da DPP não tiver Doutorado, tem que indicar alguém que tenha Doutorado; o segundo editor-chefe é escolhido entre os membros da comissão editorial. Essa titulação é importante por causa da avaliação da CAPES; a formação mínima para a comissão editorial passou para Mestrado; a escolha da comissão editorial tem que ser feita por edital obrigatoriamente, indicação para a comissão está prevista caso não haja inscritos; está claro no capítulo

em relação a endogenia, que trata da publicação de autores próprios do IBC, o limite máximo de 15% dos textos de cada número da revista que podem ser autores do IBC. O ponto seguinte dos informes foi: 9- Edital para chamada de trabalhos XV Conectando Conhecimentos. Rodrigo informou que o tema do edital para o primeiro semestre será Reabilitação e Deficiência Visual - Desafios e Estratégias Interdisciplinares de Educação e Saúde na Deficiência Adquirida. Serão selecionados trabalhos dentro desse escopo. A sugestão para o evento acontecer é nos dias 15 e 16 de maio. O prazo para abertura dos trabalhos é de 2 de janeiro a 25 de março de 2024. O ponto seguinte dos informes foi: 10- Edital para seleção de livros originais DPP. Rodrigo disse que há uma nova comissão editorial e que a maior parte da demanda da gestão anterior foi cumprida faltando apenas um livro para a diagramação. Com a abertura desse novo edital, cinco livros serão selecionados técnicos-científicos ou infantojuvenis. Há também a possibilidade de se realizar coletâneas entre os professores e servidores além de coletâneas de textos dos alunos. A inscrição será aberta entre os dias 2 de janeiro e 1 de abril de 2024. O ponto seguinte dos informes foi: 11- Garantia de carga horária para o trabalho com turma MS. Arlindo explicou que no decorrer do ano as turmas MS 6 e MS 7 do segundo segmento tinham aula terça, quarta e quinta e vários buracos entre as aulas por falta de professor. Assinou um termo de responsabilidade para que pudesse convocar os professores substitutos dos polos de Paty do Alferes e Caxias. Chegaram 4 professores substitutos e conseguiram colocar essas turmas com aulas de segunda a sexta-feira com o horário completo da grade curricular conforme a lei. Ano que vem terá 4 turmas MS no segundo segmento. A ideia é que essas turmas tenham a grade curricular obrigatória e cada professor substituto ficará com uma turma dessa. A discussão começou primeiro com os professores das turmas MS 6 e MS 7 e depois com o segundo segmento. No segundo semestre foram feitas reuniões com a DOE, Educação Precoce e Educação Infantil apresentando a minuta que começou com uma página e terminou com três páginas. Nessa minuta se falou da necessidade de uma discussão semanal sobre a educação desses alunos por um ensino colaborativo. O primeiro e segundo segmentos têm realidades diferentes, pois no segundo segmento há várias áreas e os professores nem sempre estão nos mesmos dias. No primeiro segmento são três ou quatro professores por turma que conseguem ter esse diálogo mais próximo. No segundo segmento, para que se consiga discutir o que o colega está fazendo, é necessária uma reunião semanal para que o ensino seja colaborativo e consiga-se pensar junto sobre a evolução de cada aluno no decorrer da escolarização. Nos conselhos de classe surgiu a demanda de se garantir dois tempos de ensino para que se faça a reunião semanal com os professores que irão atuar nessas turmas MS. Com isso, terão um tempo maior para a produção de materiais didáticos para esses alunos. Assim que iniciar o ano, terão que elaborar o Plano Educacional Individualizado de cada aluno da sala que pode durar duas ou três tardes de reunião além de, no decorrer do ano, ter que dar continuidade com essas discussões sobre o currículo, como cada aluno está aprendendo e o que cada professor está fazendo. É uma especificidade de uma realidade de alunos com deficiência múltipla que, para que seja atendida no ensino colaborativo onde todos estão pensando e conversando juntos, exige a necessidade dessa garantia de dois tempos para que se faça essas reuniões semanais. Ivan pontuou que na primeira fase

não houve essa discussão e perguntou se seria uma portaria apenas para isso ou na portaria de carga horária. Disse que a discussão está trazendo vários assuntos que correspondem a discussão que iniciaram neste final de ano junto aos professores. Acha importante, porém não é tão simples e exige um espaço maior para essa questão. É a favor de que tenha um fórum escolar ano que vem garantindo a presença dos estudantes, da família e da escola, que seja um órgão da instituição para que esses documentos sejam discutidos. Disse que o fórum é um caminho essencial, que teve experiência na gestão e argumentou que não se pode apenas ficar apagando fogo. A discussão de hoje é para apagar um incêndio e, se continuar assim, o problema da instituição não será resolvido. Defende a institucionalização do fórum, pois precisa-se caminhar primeiro para depois dar maiores saltos. Arlindo respondeu dizendo que isso não tem a ver com a minuta da carga horária que teve o encaminhamento de se continuar a discussão no próximo ano. Essa demanda surgiu no conselho de classe das turmas MS onde os professores, pensando na organização com a COMHOR do próximo ano sobre a carga horária, solicitaram que essa pauta fosse inserida no Conselho Diretor para que tivessem a garantia de ter os dois tempos ano que vem para fazer as reuniões que já acontecem. Na ata do conselho de classe está escrito que, se for aprovado no conselho diretor, não vai modificar a portaria de carga horária. Seria uma nova portaria falando especificamente da garantia desses dois tempos. A ideia dos professores é que essa portaria seja emergencial para organizar a carga horária do ano que vem. Quando a minuta das turmas MS fosse votada, a portaria seria revogada e já teria um projeto de ensino no PPP garantindo dois tempos de ensino para a reunião. Mauro falou que no início da gestão, em reunião do Conselho Diretor, sugeriu lançar o fórum permanente. Foi questionado sobre qual seria o caráter do fórum permanente e explicou que seria um espaço para discutir as questões e as relações de ensino e aprendizagem do IBC. Disse que a gestão estabeleceu o compromisso de em fevereiro criar dois editais. O primeiro edital será o quarto edital para a representação docente e TAE no Conselho Diretor. O segundo edital será o primeiro para verificar a composição, se será livre ou por representação, no fórum permanente pedagógico. Ivan sinalizou que é importante a direção do DED participar. Disse que vai acreditar que essa proposta será cumprida e que se tenha coerência e respeito a todos os espaços de discussão. Alegou que a eleição do DED foi uma promessa de campanha não cumprida. Foi uma decisão feita no Conselho Diretor, criou-se um grupo para formar o edital e não tiveram um esclarecimento mais aprofundado sobre o cancelamento da eleição. Mauro afirmou que essa gestão não esconde nada e nutre uma transparência ímpar. Não há nada que aconteça que ninguém saiba. Das 100 propostas de campanha, apenas uma não foi e não será cumprida, que é a eleição do DED. Esclareceu que, entre a abertura do processo eleitoral e o dia que cancelou, leu vários regimentos e em nenhum deles há eleição para diretor de departamento. Somente para Diretor-Geral que escolhe seus diretores de departamento. As inscrições ficaram abertas durante uma semana e não houve nenhum inscrito. Ficou sabendo de fatos desagradáveis que estavam acontecendo em suas costas, utilizando uma demanda apresentada na campanha, para “dar uma pernada” na gestão. Resolveu suspender a eleição por conta da armação que descobriu. O ponto seguinte dos informes foi: 12- Edital com as normas eleitorais para a escolha dos

membros da CVDOC 2020-2026. Tânia informou não haver candidatos inscritos na chamada pública que fizeram para formar a CVDOC. Já havia uma comissão da CVDOC, porém foi específica para fazer a reformulação no documento que já existia. Explicou que é a CVDOC quem confere e aceita ou rejeita o PIT e o RIAD. A chamada pública teve prazo de 4 dias sem que houvesse algum candidato. Foi feita uma portaria para que a comissão já existente fizesse parte da comissão eleitoral. Carla esclareceu que, não havendo candidatos na chamada pública, uma nomeação pode ser feita através de portaria. Tânia acrescentou que a eleição ocorrerá no início das aulas. O ponto seguinte dos informes foi: 13- UAB. Karine explicou que, com a ida do Mauro e mais alguns membros da gestão ao MEC, conseguiu-se uma pauta na CAPES e uma reunião no Departamento de Educação à Distância da CAPES. No Edital 25 foi incluído o nome do IBC como instituição entrante da Universidade Aberta do Brasil. Essa universidade é de educação à distância com o objetivo de levar a formação continuada, principalmente graduação, mas também especialização e extensão, para o Brasil inteiro. São muitas instituições federais e universidades que já aderiram ao programa. O INES, que já tem ensino superior, faz parte do programa também. Foi ao CAPES em Brasília com a Carla para saber todos os trâmites e estão no processo de organização. São 300 vagas para alunos como instituição entrante e serão submetidos dois cursos para especialização. Um curso presencial de novas metodologias de ensino para pessoas com deficiência visual que o professor André está à frente montando o PPC e o outro é um curso de alfabetização para pessoa com deficiência visual que tem a professora Fabiana como responsável montando o PPC também. Para entrarmos na UAB e oferecer essas 300 vagas, não é possível oferecer daqui do IBC, como é EaD, precisa-se interiorizar e dividir essas vagas pelo Rio de Janeiro. O IBC entrará junto com o CEDERJ, que já possui EaD, e pedirá 10 polos. A UAB financiará as bolsas de tutoria e de coordenação de curso. Isso ocorrerá através de edital. A ideia da UAB é oferecer mais 100 vagas para o IBC abrir para a graduação. Um edital será aberto para vários professores para que possam ser os professores dessas disciplinas e irão receber bolsa. Essa bolsa de atuação é fora do horário, não tem a ver com a carga horária do IBC que deverá ser cumprida normalmente. A UAB fará uma visita em fevereiro para explicar como será feito esse financiamento. O IBC ficará com a parte acadêmica e o CEDERJ com a parte operacional. Após, foi aberto os debates, com os seguintes pontos: 1- Carga horária docente do Mestrado: inclusão da alteração na carga horária reduzindo de 6 horas para 4 horas em função do acordo assinado com a CAPES e do artigo 11. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 2- Solicitação de regresso do Curso Técnico em Massoterapia ao DMR. Proposta 1: retornar ao DMR. Proposta 2: manter no DED. Votação: 3 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção. O ponto seguinte foi: 3- Institui a oficina de conserto e manutenção de máquinas de datilografia braile (MDB) e suas diretrizes vinculada ao Departamento de Educação. Proposta 1: instituir a oficina. Proposta 2: não instituir. Votação: 5 votos a favor e 1 abstenção. O ponto seguinte foi: 4- Calendário Escolar DED-2024. Proposta 1: aprovar com ressalvas para fazer o calendário unificado. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 5- Seleção para professor substituto DED – 13 vagas. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 6- Novo regimento da revista

Benjamin Constant. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 7- Edital para chamada de trabalhos XV Conectando Conhecimentos. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 8- Edital para seleção de livros originais DPP. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 9- Edital com as normas eleitorais para a escolha dos membros da CVDOC 2020-2026. Proposta 1: aprovar. Proposta 2: rejeitar. Votação: todos a favor. O ponto seguinte foi: 10- Garantia de carga horária para o trabalho com turma MS. Proposta 1: ter 2 horas para reuniões semanais dentro das 14 horas de aula. Proposta 2: rejeitar. A votação ficará para 2024. Mauro esclareceu que não adianta um professor individualmente vir cobrar da gestão pauta. A cobrança deve vir do diretor ou da representação. Fizeram uma cobrança individual de professores como se nós fossemos recepcionar. O Ivan, corretamente e honestamente, expressou que é preciso discutir a questão das turmas MS no fórum permanente. Disse que será seu compromisso, em fevereiro, reabrir o fórum permanente para discutir isso e reabrir, pela quarta vez, o edital de representante docente e TAE no Conselho Diretor. Após, sem mais, a reunião foi encerrada às 18h.